

Bruxelas, 13 MARS 2014
A(2014)328428-387941

Exma. Senhora
Dra. Ana Gomes
Deputada
Parlamento Europeu

Exma Senhora Deputada,

Agradeço as cartas de V. Exa. de 10 e de 27 de Fevereiro relativas à audição pública que promoveu em Lisboa no passado dia 7 de Fevereiro sobre Angola.

Temos conhecimento das preocupações que têm sido expressas por várias entidades sobre denúncias de violações de direitos humanos, particularmente na província angolana de Lunda Norte. Os Chefes de Missão da União Europeia tiveram ocasião de visitar a região em 2012 e mantêm contactos regulares com as autoridades e a sociedade civil angolanas sobre esta problemática.

Temos presente as declarações do Alto-Comissário das Nações Unidas para os direitos humanos, Sra. Navi Pillay, prestadas em Abril do ano passado, na sequência de uma visita efetuada a essa província, em que nomeadamente pediu uma investigação completa e transparente às referidas denúncias e insistiu na necessidade de sensibilizar a polícia e os guardas fronteiriços sobre a não tolerância de crimes contra a população.

Na sequência desta visita, o Governo angolano aceitou que um Conselheiro de Proteção das Nações Unidas pudesse ser colocado durante 6 meses na referida província para acompanhar a implementação dos compromissos assumidos pelo Governo e aconselhar as medidas para prevenir a violência sexual e outras violações dos direitos humanos no contexto de expulsões e de controlo de imigração. Aguarda-se igualmente uma visita a Angola do Relator Especial das Nações Unidas sobre os Migrantes, prevista para ter lugar ainda durante o corrente ano.

Para além destes aspetos, devo igualmente sublinhar que a União Europeia dialoga com regularidade com o Governo angolano sobre os direitos humanos. A revisão periódica universal dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas e a eleição de Angola para a Vice-Presidência do Processo de Kimberley são também acompanhados com particular atenção na medida em que são oportunidades importantes para uma evolução dos direitos do Homem neste país.

A Delegação da União Europeia tem ainda procurado reforçar o seu apoio à sociedade civil angolana, seja através de um diálogo aberto e regular, seja com programas de apoios concretos, através dos instrumentos temáticos (Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos) e do Programa de Apoio aos Atores Não Estatais e Autoridades Locais (PAANE II) no âmbito do Fundo Europeu para o Desenvolvimento. No âmbito deste último, a Delegação tenciona promover ações de reforço da sociedade civil, especificamente na província da Lunda Norte.

Finalmente, pedi à Delegação em Angola que se mantivesse informada, na medida em que a situação o permite, sobre a segurança pessoal dos 2 cidadãos angolanos referidos nas suas cartas.

Com os melhores cumprimentos.



Catherine Ashton